

Pauta: Os impactos da falta de manutenção nos arroios de Porto Alegre

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): (10h09min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. Bom dia. A pauta foi sugerida por mim: os impactos da falta de manutenção nos arroios de Porto Alegre. Convido para compor a Mesa: o Sr. Luis Felipe Dorneles, representando a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS; Sr. Joaquim Cardinal, chefe de gabinete, Diretoria de Planejamento Urbano – DPU; Sra. Andreza Saballa, representando a Procuradoria-Geral do Município – PGM; Sr. Marco Salinas, representando o DMLU; Sr. Lucas Homem Nadler; representando o DMAE; Sr. Dilton Martins, representando a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SMSUrb; Sr. Marcelo Fernandes, representando a Secretaria Municipal da Fazenda; Sr. Alex Lamas, representando a Secretaria Municipal da Saúde; coronel Evaldo Rodrigues de Oliveira Júnior, representando a Defesa Civil; Sra. Vânia, representando a Diretoria de Atenção Primária; Sra. Tiana, representando o Conselho Municipal de Saúde; Sr. Lauro Leopoldo da Costa Silveira, prefeito da Praça David Ben Gurion, Jardim Sabará; Sr. Adão Medeiros, representando a Associação dos Amigos Jardim Sabará; Sr. Joaquim João Ramos, representante do Conselho Comunitário do Jardim Sabará; Sr. Laone Simonetti de oliveira, representando o Conselho local de Saúde Coinma; Sr. Roberto Jakubaszko, prefeito da Redenção. Muito bem, foi proposto por mim, como eu falei anteriormente, essa pauta. Nós sabemos que a Prefeitura tem trabalhado nesse sentido, do desassoreamento dos arroios, mas nós queremos ouvir aqui, dos órgãos competentes, quais são os projetos, o que estão fazendo, O que está no planejamento. Porto Alegre tem 27 arroios, totalizando uma extensão de aproximadamente 60 quilômetros. Nós temos visto que, em cada chuva forte, alagam vários pontos em Porto Alegre. A gente que anda por toda cidade vê o quanto que as pessoas perdem, não só na sua casa, mas aqueles que têm comércio acabam sofrendo, perdendo tudo. Tem locais, como lá na Ponta Grossa, em que entra água dentro da casa da pessoa, mais de 1 metro dentro da casa da pessoa; a cada chuva forte as pessoas ficam debaixo d'água, como

foi a última chuva, a mais forte que tivemos. Já existe em Porto Alegre a barreira ecológica, mas gente sabe que isso não é o suficiente – acho que temos que ter, inclusive está funcionando a de Porto Alegre, pela qual toneladas e toneladas de lixo são tiradas semanalmente. Nós sabemos que não é só o lixo, que é necessário, principalmente, o desassoreamento. E a gente tem visto que a Prefeitura tem feito somente em alguns pontos o desassoreamento. A gente sabe que o cobertor é curto. Por outro lado, nós aprovamos aqui, nesta Casa, eu acho que foi em torno de R\$ 43 milhões para o desassoreamento. E nós queremos saber se estão sendo usados, se já foram usados; se esses R\$ 27 milhões que já foram usados para o desassoreamento são desses R\$ 43 milhões. Na verdade, os R\$ 43 milhões foram aprovados aqui nesta Casa para o arroio do Salso, lá para a Ponta Grossa – a Ponta Grossa é o local que mais tem sofrido pênalti. Ponta Grossa, Lami, todo arroio do Salso ali, que atinge a Restinga, atinge a Juca Batista, atinge a Ponta Grossa, o Lami. No Lami, tem o arroio Manecão lá também, a parada 21, ficou tudo debaixo d'água. Sarandi também é um problema. Enfim, nós temos um exemplo em Belém, lá no Pará, e eu acho que é nesse sentido que nós temos que trabalhar Porto Alegre. Belém conta com 14 bacias distribuídas em 65 canais, o que representa algo em torno de 100 quilômetros de curso d'água – em Porto Alegre, são 60 quilômetros. O segredo da prefeitura para manter os córregos limpos se baseia em desassoreamentos constantes e campanhas massivas de conscientização junto à população. Ecobarreiras nós temos aqui em Porto Alegre, no arroio Dilúvio; temos em Santos, São Paulo, mas vejam que só ecobarreira não é suficiente. Tem ecocestos no Recife. Retirada de lixo flutuante e batimetria em Belo Horizonte. Mas agora o fundamental, o necessário é o desassoreamento de ponta a ponta. Então os milhões que a Prefeitura tem gasto, o prefeito falou outro dia que já gastou em torno de R\$ 27 milhões... Foram retiradas mais de 100 mil toneladas aqui na ponta do Ipiranga, 100 mil toneladas de sujeira em dragagem no trecho da orla, perto do anfiteatro. Foram investidos R\$ 27 milhões para limpar os arroios, prevenindo os alagamentos. Foram R\$ 27 milhões para limpar os arroios, mas só que esse desassoreamento não é de ponta a ponta; e, se não

acontecer o desassoreamento em Porto Alegre de ponta a ponta, nós vamos sempre sofrer com os alagamentos em toda a região, da Zona Norte à Zona Sul, Extremo-Sul, as pessoas vão sofrer o pênalti, e é o que bate no nosso gabinete sempre que chove, sempre as pessoas debaixo d'água. Eu vou mostrar umas fotos para ilustrar aqui. Olhem só, pessoal. Não é que em Porto Alegre falte manutenção, é feita a manutenção, mas a manutenção tem que ser – nós entendemos, Ver. Gilson – de ponta a ponta; senão vão sempre acontecer as mesmas coisas. A gente sabe que o cobertor é curto, enfim, mas temos que trabalhar; por isso, a Câmara está aqui, para trabalhar nesse sentido.

Aqui está o que eu falei sobre os arroios. Aqui, as matérias, as ilhas. Cada vez que chove, é aquele problema. Aqui, protesto contra alagamento na Av. Juca Batista. Próximo à Av. Juca Batista, tem a Rua Dorival Castilhos. Aquele povo ali, coitado, ano após ano, o Salso passa por ali; não existe o desassoreamento total nele, e a água vem até aqui perto, só não chega ao Zaffari. Este é outro detalhe: a contrapartida do Zaffari, que poderia ser usada lá na Rua Dorival, a contrapartida, Ver. Gilson, veio para as bicicletas, como é que se diz, a ciclovia, e poderia ser usado lá, é o meu entendimento.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Justamente. Então, as pessoas estão lá debaixo d'água, e a contrapartida do Zaffari veio para cá, não ficou lá. Enfim, mas a lei permite, né? Passa adiante.

Aqui foi lá na Vila Nova. Foram feitos esses desassoreamentos agora, há poucos dias. A água entrava lá nos prédios, no condomínio, inclusive eu morei 12 anos ali; eu criei meu filho no esgoto, no esgoto que causava... Olha, quantos anos, mais de 20 anos, mais de 20 anos sem desassorear esse arroio, que desemboca lá no Cavalhada, passa lá por dentro da Vila Nova e vai lá no arroio Cavalhada. Foi feito agora há poucos dias. Isso aqui é lá na Ponta Grossa; eu estive lá no dia da enchente. Essa senhora, aqui, a água entrou 1 metro dentro da casa dela, cada vez que chove – é a dona Jô –, cada vez que chove no Túnel Verde, fica

debaixo d'água. Essa senhora ajudou a salvar pessoas com o barco dela, o caiaque dela; ela ajudou a salvar pessoas, inclusive o idoso cravou o pé no toco, como diz o gaúcho, e daqui eu não saio; não queria sair com a água pela... a dona Janaína. Isso aqui, mais um, arroio Capivara, que precisa de desassoreamento. Araticum, isso aqui também passa lá por dentro da Restinga. Aqui do arroio Dilúvio. Do arroio Taquara, lá na Lomba... Olha só, e olha as casas dessas pessoas ali. Então, a água sobe 1 metro nas casas das pessoas. Aqui é o arroio Taquara também na Lomba do Pinheiro. Isso aqui é no Belém Velho, atrás do Beco do Erli. Quando não existe o desassoreamento, as casas abaixo desse talude ficam debaixo d'água, e as pessoas perdem tudo. É ali, perto do Hospital Parque Belém.

Então, isso aqui é só para ilustrar um pouquinho, pessoal, para mostrar para vocês que a gente tem caminhado para ver a situação, como eu ando mais na Zona Sul, mas eu conheço bem a situação do Sarandi também, do valão, enfim. Dentro disso, eu protocolei um projeto que vai mexer com a Lei Orgânica, um projeto de emenda à Lei Orgânica, que diz o seguinte: elaboração de relatório anual acerca dos arroios do Município e o seu envio à Câmara de Porto Alegre como uma ação permanente de planejamento, proteção, restauração e fiscalização do meio ambiente. Inclusive, eu convido todos os colegas vereadores que aqui estão, se quiserem assinar comigo. Isso vai servir para que a Câmara de Vereadores tenha um controle do que está sendo feito nos arroios em Porto Alegre. A Prefeitura faz uma prestação de conta anual, assim como a secretaria municipal faz trimestral. Servirá também para que a Prefeitura venha a fazer em relação aos arroios de Porto Alegre, para ter esse controle, e nós trabalharmos nesse sentido de chegar ao ponto de Porto Alegre ter condições, até mesmo financeira, e a gente ir atrás de recursos, para que todos os arroios de Porto Alegre sejam desassoreados o tempo inteiro. Veja, o da Vila Nova, o da Vila Nova, eu sei porque eu morei ali; eu morei 12 anos, meu filho está com 28 anos; até os 12 anos, de zero a 12 anos, meu filho foi criado naquele esgoto. O esgoto vai até os apartamentos e transborda nos primeiros blocos; transborda. Agora, há poucos dias, depois de tanta luta, minha e de vários vereadores,

aconteceu o desassoreamento, e, graças a Deus, agora está indo embora o esgoto que voltava... inclusive é outra coisa, o esgoto dos apartamentos é todo canalizado no arroio, e o esgoto automaticamente estava voltando para os apartamentos. Eu quero fazer umas perguntas aqui antes de passar para os colegas vereadores. Para a PGM: Qual o impacto financeiro no tocante às indenizações por danos morais e materiais a essas famílias atingidas pelos alagamentos? Então a pergunta que eu deixei para a PGM.

Para a Secretaria Municipal da Saúde: Qual o impacto nas unidades de saúde no que se refere às doenças oriundas desses alagamentos?

À SMAMUS: O que está previsto no plano de governo para sanar os alagamentos e o que já foi realizado? Na verdade a gente sabe, a gente tem ciência do que a Prefeitura tem feito, como eu falei anteriormente ali, gastou R\$ 27 milhões em desassoreamentos. A gente sabe que também é pontual. Ao DMAE: O que está previsto até o fim de 2024 para os desassoreamentos? Quais as regiões? E no tocante à Vila Nova e à Ponta Grossa. Ao DMLU: É possível mensurar o tamanho da força de pessoas que se mobiliza quando ocorre alagamento dessa ordem? Desse projeto que nós aprovamos aqui à Secretaria da Fazenda, [Lei nº 12.951/21](#), aprovada aqui na Câmara que autoriza a Prefeitura a contratar operação de crédito de R\$ 43 milhões – é 43.1, na verdade – junto ao BRDE para viabilizar as obras de macro e micro drenagem na região de loteamento Túnel Verde. Nós aprovamos aqui e queremos saber como está o andamento, se foram contratados os R\$ 43 milhões, se não foi, enfim... Vou passar aos colegas vereadores antes de passar para os convidados.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Quero pedir para o Oli colocar uma foto ali no painel, uma imagem. É uma imagem só, mas eu recebi na semana passada e aí recebi de novo ontem: Arroio Passo das Pedras, no Sarandi. É bem o que o vereador está falando, é importante a gente ter essa visão, porque isso é após uma chuva, e o que sai de dentro do arroio com a chuva. É uma coisa absurda. Só para deixar registrado aqui, que como o Ver. Freitas falou, a gente recebe diariamente esse tipo de solicitação. E o que mais me preocupa, e foi

uma das perguntas que o Ver. Freitas fez, e eu quero te parabenizar pela pauta que é tão importante, é: A quem recorrer e quem paga a conta? Porque cada família, a cada chuva, perde praticamente tudo. Pessoas que já não têm praticamente nada. A gente sabe que é um contexto geral, onde muitos moradores são culpados por muito do que acontece dentro dos arroios, até porque muitos deles são na verdade quem coloca dentro dos arroios. Como diz o prefeito Sebastião Melo, “não cai pneu do céu”; então, os pneus, alguém coloca lá. Não cai lixo do céu, alguém coloca lá. A gente sabe disso, mas ao mesmo tempo tem pessoas que têm o cuidado com a educação ambiental, que tem essa responsabilidade e que perde tudo por morar, muitas vezes em área de risco, em locais inadequados, ou nem em área de risco, por morar próximos a arroios que nem são de área de risco, arroios normais da nossa cidade, como o Arroio Cavallhada, que tem partes que são residências tradicionais, normais, não tem assim uma área de risco. Então quem paga essa conta, como é que a gente faz? Lembro que no final do ano retrasado ou início do ano passado eu estive com o prefeito lá na Salvador Leão, pois teve uma chuva muito forte, e o prefeito disse que era para a PGM se manifestar com relação às indenizações. Inclusive a procuradora Cris estava na visita. E como ficou isso? Essas pessoas receberam, essas pessoas não receberam, como é que a gente cuida disso? Eu acho que essa é uma das partes mais preocupantes, porque a nossa parte a gente faz, a gente está sempre retirando toneladas e toneladas de lixo, mas se a gente não tem o suporte da sociedade, também a gente não consegue resolver tudo. A gente sabe que precisa o desassoreamento, que muitos locais ainda não estão completos, até porque, como diz o prefeito, o cobertor é curto, a gente não consegue fazer tudo. Depois tem uma imagem que o Evaldo pediu, e, na sua fala, a gente coloca para mostrar também o trabalho que vocês realizam e a dificuldade que vocês têm para poder executar, muitas vezes, esse trabalho. Então, inicialmente eu quero mais ouvir o que está sendo feito e no que a gente pode colaborar enquanto Comissão. Obrigada.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Bom dia aos colegas de Mesa aos demais representantes do Município e aos que estão assistindo a esta reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e é a apresentação perfeita, Ver. Freitas, nos situando, embora cada um de nós já tenha alguma participação, ou em uma enchente ou em uma visita a um arroio, pois isso faz parte da nossa função, aqui, como vereadores da Comissão de Saúde e Meio Ambiente.

Todas essas consequências não podem ser tratadas apenas com o desassoreamento. Nós temos o problema das áreas de risco, nós temos os problemas do desrespeito às margens dos arroios; não adianta limpar, desassorear, e virem as pessoas começar a destruir as margens dos arroios e colocar suas casas, sem ter uma ação bem efetiva, pois isso aí já não é de agora, isso aí é crônico, que as pessoas começam a invadir os locais. Aí, as consequências são essas, além da falta de conscientização, pois não se vê uma campanha de conscientização junto a essas áreas de risco, porque nós falamos em arroios, mas tem os afluentes. Então, acredito que todos os representantes aqui hoje nos trarão informações para que nós possamos fazer bons encaminhamentos pela comissão. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O Ver. Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nobre presidente Ver. Freitas, colegas vereadoras, vereadores, aqui todo o Executivo, que faz parte aqui de várias secretarias, comunidade aqui presente; pois, então, esse é um tema – vamos dizer assim – bastante instigante, presidente, pelo qual eu o parablenizo, pela iniciativa. Sei que todos os governos procuram fazer uma certa interlocução com o problema que ora se apresenta, principalmente quando, em um possível ciclone, em uma catástrofe, ou fortes chuvas e tal... O problema é que a cidade de Porto Alegre está cercada de inúmeras comunidades e também de pessoas que ocuparam, ao longo de muitos anos, áreas de risco, e que muitos arroios, na verdade, hoje apresentam enormes problemas, e nós não percebemos. E aí eu gostaria de instigar aqui os nobres representantes das secretarias sobre

investimentos significativos na peça orçamentária. Nós agora, inclusive...é boa essa reunião porque, à medida que você se manifesta internamente no governo e vem uma demanda para cá para investir mais recurso no desassoreamento ou na realocação de moradores que estão – vamos dizer assim –, na encosta dos arroios, que, possivelmente, em uma forte tempestade possam perder sua casa, como aconteceu ali no Alameda. Vocês se lembram ali, no Alameda, três, quatro anos atrás, uma senhora perdeu a vida? No ano seguinte, aconteceu de novo, e é ali no Alameda, um arroio que precisa... o arroio Alameda, que precisa não só de um desassoreamento, como também da construção de galerias. Agora, no último ciclone, eu estive lá e me impressionei com a situação, porque não tinha acesso às residências, com uma enorme dificuldade, porque, além de o arroio não ter as galerias que dão vazão à água que ora desce lá de cima, não há nenhum tipo de planejamento, porque ali, que eu me lembre, lá na nossa gestão, há mais de 20 anos, aprovados no OP para novas galerias, e aí nós perdemos a eleição, não houve mais avanços; inclusive, foram compradas galerias de concreto, grandes, e sumiram depois. Mas me parece que não houve nenhum avanço significativo para poder fazer o deslocamento dessas famílias e também ao aumento da vazão da água nesses dois locais, a que eu me refiro, de galerias, que eu acho importante. Isso já foi tema do Orçamento Participativo, e assim por diante, como aconteceu no arroio Mangueira, que é lá na região norte; me parece que, com o tempo, esses – se eu não me engano – muros de arrimo acabam caindo, e aí é óbvio que o problema é muito maior.

E também gostaria de ouvir vocês sobre o que aconteceu no arroio Dilúvio. Essa concessão dada do desassoreamento a essa empresa, são eles que estão fazendo esse reparo? Porque me parece que foi pelo desassoreamento que caíram esses muros de arrimo do arroio Dilúvio. Um problemão em vários lugares do arroio Ipiranga, lá na PUC, aqui próximo à Polícia Civil; quer dizer, está inclusive criando problema no tráfego da Ipiranga. Como que está se dando essa concessão no arroio Dilúvio? Qual o planejamento para os demais arroios? Já que esse é o tema que o nobre presidente Ver. Freitas traz aqui. E me colocando à disposição também para poder ser parceiro, presidente – acho que

a comissão de saúde tem que ser –, na peça orçamentária, porque, quando não há um recurso disponível para tal... Eu queria chamar atenção do governo para o seguinte: quais as contrapartidas, a que o nobre presidente se refere? Às vezes está falando aqui dessa situação do Zaffari, que investe em ciclovias. Por que não as contrapartidas serem no próprio bairro? A questão da ligação do esgoto no fluvial, me parece que é normal para muitos fazerem isso, e aí criam um enorme problema na cidade.

Olha o que aconteceu aqui, no Pão dos Pobres, agora, na obra que está acontecendo, foi descoberto isto: o esgoto sendo direcionado para um lugar impróprio.

Então, é nesse sentido que eu acho muito importante essa reunião, e nos colocando aqui parceiros na ideia de poder, não só destinar as contrapartidas para o bairro, em função às vezes do impacto que dá um novo empreendimento, e não ter um posto de saúde, não ter uma creche, não ter um esgoto adequado. Há uma série de questões que acabam envolvendo em função do desenvolvimento, e nós não somos contra. É uma naturalidade hoje que acontece na cidade.

E, por fim, nobre Presidente, vou assinar o projeto de lei, acho importante essa ouvida, eu diria, a gente fala em prestação de conta, mas é uma ouvida, como a gente faz, com a questão da saúde e meio ambiente que quadrimestralmente vem à Câmara dar um relatório quadrimestral. Acho importante algumas secretarias fazerem isso conosco porque no fundo, no fundo, acabam reproduzindo uma dura realidade que nós vivenciamos e que, às vezes, não tem recursos ainda, e que, às vezes, dentro do próprio governo independente de forças políticas não se adequa à necessidade especial que ora ela demanda. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado Ver. Oliboni. O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Bom dia, Presidente; bom dia integrantes da Comissão, quero saudar aqui a todos do governo. Eu sou vereador e faço parte da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE. Mas essa pauta aqui é muito importante, onde, José Freitas, eu me preparei há muito tempo para chegar a ser vereador, eu trabalhava na ponta, e trabalhei em CAR, CRIP, onde essas demandas apareciam muito. Eu domino bastante essa área aí e me preocupa muito essa situação dos arroios, por isso que nós estamos protocolando um projeto. O governo tem que conversar entre eles, porque nós temos sérios problemas onde o vegetal nasce nos cursos de águas e quando tem que fazer um trabalho esse trabalho tem que esperar liberação, tem que ter contrapartida, tem que ter indenização e isso aí acaba prejudicando um trabalho de desassoreamento. Uso o exemplo ali na Ponta Grossa, na principal, onde foi feito todo um trabalho do lado do arco ali, tem uma rede de drenagem, mas antes tem uma vegetação dentro da vala que não se pode mexer, porque tem que pedir uma liberação ambiental. É por isso que nós estamos protocolando esse projeto para que não se precise passar por esse trâmite; o DMAE vai ali, faz a remoção e só informa o que aconteceu. Preciso, de repente, do apoio de todos aí, quem quiser assinar, quando o projeto estiver livre aí pode assinar. Esse é um trabalho para quê? Para melhorarmos a qualidade de vida e melhorarmos o trabalho também nessas regiões onde mais precisa. Então é isso aí, muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver. Gilson. Passo a palavra ao Lucas, representando o DMAE. Obrigado pela presença.

SR. LUCAS HOMEM NADLER: Bom dia a todos. Eu vou me ater mais à parte operacional das dragagens em si, então não vou falar muito sobre projetos de macrodrenagem, que a gente também sabe que iria ajudar bastante nessa questão.

Vou falar rapidamente de um histórico, quando o DMAE recebeu a primeira parte do DEP, ali em 2018, 2019 que veio a parte de operação do DEP e conservação,

dentro dela estava esse assunto de dragagem. Nunca, eu acho que os vereadores sabem, foi dragado tanto quanto agora. O DEP tinha normalmente um contrato só, e hoje a gente tem três. E esse contrato que o DEP tinha era para arroios específicos e para trechos específicos. Hoje os contratos do DMAE são três contratos, um só para zona Norte, um só para zona Sul e um para o dilúvio. Quando a gente fez a licitação, entre 2021 e 2022, o valor desses três contratos girou em torno de R\$ 21 milhões; hoje de manhã eu peguei o contrato anterior que era o que tinha vindo do DEP, era um só contrato e o valor inteiro dele era de R\$ 5 milhões. Então só nessa passagem do DEP para o DMAE a gente aumentou em quatro vezes o valor investido em desassoreamento. Atualmente o contrato da Norte começou em final de 2021, o da Sul ali em abril de 2022, e o do dilúvio em fevereiro de 2022. Até hoje a gente já gastou nesses contratos de limpeza, desassoreamento e transporte, que é um custo bem significativo o transporte, não só o desassoreamento, R\$ 29 milhões.

Então, partindo agora para outro ponto, como veio esse assunto do DEP, vieram alguns colegas, outros não vieram, a gente perdeu um grande histórico. Então esses primeiros contratos que a gente licitou, a gente tinha algum conhecimento do pessoal que veio do DEP, não vieram todos, então, não vou dizer que foi no escuro, mas houve alguns erros, e a gente tem conseguido melhorar dentro do andamento do contrato. Alguns erros de quantitativos, alguns trechos que não se tinha previsto, algumas formas de dragagem que não estavam previstas e que a gente tem tentado adequar a esses contratos. Nós temos aqui um cronograma – até foi uma das perguntas aqui –, eu posso colocar o que já se tem previsto para dragar até o final de 2023, mas esse nosso cronograma, a gente parte de algumas premissas para escolher os trechos e para elencar as prioridades que são: a quantidade de alagamentos e reclamações das áreas do entorno do arroio; demandas de órgãos externos – que a gente é bastante demandado, então, pelo MP, a justiça e a própria Câmara de Vereadores –, e a questão da facilidade ou não da limpeza do arroio, porque há vários casos que tem arroios que, realmente, é necessário que sejam limpos, mas a gente não tem acesso. Aqui, eu coloquei alguns equipamentos que usamos e o menor

deles tem 22 toneladas. Então a gente não consegue, tem arroios que não se consegue acessar. Ou a gente acessa, derrubando bastante vegetação para conseguir chegar ao arroio. Então não é nem o que o vereador falou das vegetações dentro do arroio; são as vegetações do entorno, que isso também causaria um problema, porque a gente acabaria com várias APPs aqui de Porto Alegre e outros, porque, se colocarmos máquinas dentro do arroio, as casas vão cair. Infelizmente, essa é a nossa realidade. A gente colocou, está colocando no contrato agora... Então, dos três contratos, em dois, vai entrar um procedimento novo de dragagem, que a gente não tem hoje e que se chama lá dentro do DMAE de tombamento interno, que é fazer a dragagem por dentro do arroio. Realmente, isso não estava previsto inicialmente, e estamos colocando. Então, são aqueles que a gente não tem acesso, mas que a máquina consegue entrar em algum ponto do arroio para ir fazendo a limpeza por dentro do arroio. É muito mais caro do que hoje está sendo feito, mas é a alternativa em muitos lugares que não se conseguiu dragar.

Então, do que a gente já dragou, isso aqui eu peguei até final de junho: no Dilúvio, já foram dragados 109 mil metros cúbicos, incluindo a foz. Só da foz, já foram 32 mil metros cúbicos; da norte, 254 mil metros cúbicos e da sul, 30 mil metros cúbicos. Os números são um pouco discrepantes, porque, enfim, cada região da cidade tem uma realidade. Estão previstos, para esse ano, ainda na Zona Norte, 19 trechos – eu tenho aqui as programações – e, na Zona Sul, 10 trechos. Agora, vou ver se eu lembro de todas as perguntas aqui. Em relação ao Passo das Pedras, a gente dragou, 10 ou 12 trechos, em 2022. Então, foi dragado da foz do rio Gravataí até a ponte do Condomínio Landell; da ponte do condomínio até o viaduto da 290; do viaduto da 290 até a nossa Casa de Bombas 10; da Casa de Bombas até a Av. dos Gaúchos; da Av. dos Gaúchos até a Francisco Pinto da Fontoura. Depois, até a ponte da Rua Bento Rosa, Assis Brasil, Rua Zeferino Dias e até a ponte da Rua Ararás. Isso deu 53 mil metros cúbicos de volume retirados de dentro dos arroios. Isso, em 2022, só no Passo das Pedras. Nesse ano, a gente já voltou, está conseguindo... Porque basicamente estamos apagando incêndio. Como tinha... A foz, por exemplo, do

arroio Dilúvio não tinha sido limpa, a última dragagem fazia quase 10 anos. E também nos deparamos com algumas surpresas, que o DMAE fez um planejamento para limpar o arroio, considerando que só tinha que retirar resíduo de dentro do arroio, quando chegamos aos locais, não tinha sido retirado o resíduo das últimas dragagens. Isso não aconteceu nem uma e nem duas vezes e atrapalha um pouco o planejamento, demora mais do que o previsto.

Então, nesse ano, a gente já conseguiu voltar em algumas regiões, porque essa é a ideia: a gente não só apagar incêndio, mas começar a conseguir voltar; ter um histórico de, a cada ano, limpar tal trecho, de seis em seis meses... daí, se a gente consegue, de três em três anos. Mas, de fato, hoje, não se tem histórico. Então, hoje, se eu entro num trecho e drago 5 mil metros cúbicos, eu não tenho histórico de qual foi a última vez que ele foi dragado, para saber se gera mil metros cúbicos de resíduo por ano ou 2 mil. Infelizmente, não temos histórico e estamos começando a ter; principalmente com esses retornos, já conseguimos fazer minimamente ações preventivas.

Da Vila Nova, eu acho que o senhor deve ter se referido à vala João Salomoni que foi realmente... Há bastante tempo a gente conseguiu a liberação, porque tinha... Qual a ideia ali? A gente começou a dragagem, a gente tentou respeitar o máximo possível a vegetação, não foi possível, a gente encaminhou então depois contando também com apoio da SMAMUS que não teria como dragar sem fazer uma supressão de vegetação. Por isso demorou um pouco, a gente começou final do ano passado e terminou acho que agora há uma ou duas semanas. Está o material lá secando, a gente ainda tem que retirar da margem. Para o Túnel Verde a gente fez e o Guabiroba a gente fez também um pedaço, tem outros trechos ainda que a gente precisa fazer, mas, de novo, alguns trechos são só com tombamento interno porque ou a gente precisa que se retire as casas ou a gente precisa derrubar bastante vegetação. Não é o ideal nenhuma das duas situações e a gente tem bastante serviço. Então a SMAMUS demora o tempo dela porque ela nos atende muito rápido, a não a gente não fica parado, a gente vai para outro trecho que é possível fazer. E a questão do tombamento interno que hoje a gente só não consegue fazer porque não está previsto no

contrato, mas o da Sul já está quase saindo e o da Norte a gente já está estudando os quantitativos para editar o contrato. Deixa-me ver o que mais. Do Dilúvio, tem dois trechos ali que foram desmoronados na frente da PUC, no sentido centro/bairro e sentido bairro/centro e depois no Planetário. Para evitar de piorar o problema, já estamos atacando na frente na frente da PUC, não na frente do Hospital, e a gente tem uma empresa, não é da minha diretoria, mas a gente sabe que já está dando andamento nesse assunto e que já fez uma vistoria em basicamente todo Dilúvio para verificar quais são os pontos que são possíveis problemas futuros. Mas, de novo, é um recurso bastante grande que a gente ainda não sabe porque está sendo mapeado e que hoje a gente está atacando pontualmente, que é o que a gente tem perna para fazer. Falando atualmente dos trechos que a gente está trabalhando, então como eu falei, são três contratos, o contrato do Dilúvio está na foz, como eu falei, são 10 anos praticamente sem dragar, por isso está demorando bastante lá, mas a gente também não se preocupa porque ao contrário de outros trechos do Dilúvio ela não atrapalha tanto a vida de Porto Alegre, vamos dizer assim. O ideal, claro, era a gente sempre começar pela foz e ir subindo, vamos dizer assim, os arroios, mas tiveram questões judiciais que acho que não vale a pena entrar no caso. No Sul, a gente está fazendo limpezas nas valetas da Av. do Lami, está aguardando a João Salomone para transporte, e a outra equipe está dragando agora o trecho ali da Icaraí com a Diário de Notícias. O próximo trecho, saindo a autorização, a gente começa a foz do Cavalhada, não saindo a autorização a tempo, a gente já continua da Icaraí até Ângelo Corso, para ir subindo a dragagem. Na Norte, a gente está no Santo Agostinho, no trecho ali atrás da FIERGS até a foz da Santo Agostinho com a Feijó, e, pelo nosso planejamento, a gente vai começar, depois que terminar esse trecho na foz, não é bem o arroio Areia, mas é perto, à esquerda ali da Arena do Grêmio, na foz com o rio Gravataí, e na Vila Asa Branca. Eu acho que eu respondi tudo, não sei.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito bem, obrigado pela tua explanação, fiquei contente, tem bastante serviço. A gente já sabia, na verdade,

mas a gente sabe que infelizmente não é suficiente. A Dra. Andreza, da PGM, está conosco, obrigada pela presença. E o Gelson também, representando a Secretaria de Segurança.

SR. EVALDO DE OLIVEIRA JÚNIOR: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, colegas da Mesa, senhoras e senhores que assistem esta reunião de trabalho, primeiramente agradecer pela oportunidade de a Defesa Civil estar aqui. Quero celebrar, de pronto, a parceria que nós temos, não poderia ser diferente, com o DMAE, com a SMAMUS, com a SMURB, SMSUrb, DMLU. Trabalhamos quase diariamente focados na defesa civil em dois aspectos muito importantes para cidade, que são os riscos geológicos e os riscos hidrológicos. Nesse viés do risco hidrológico, estamos presentes nesta comissão para dizer o que é que nós fazemos enquanto Defesa Civil, e quais são as nossas projeções para um futuro próximo. Primeiro, dizer que é perceptível, na ótica da Defesa Civil, os avanços que nós tivemos com relação aos cuidados com os cursos d'água na cidade de Porto Alegre, uma vez que nós tivemos eventos trágicos e bem localizados no arroio Moinho, onde nós tivemos duas mortes em 2016 e em 2022, fruto também... Casualmente, essas fotos são lá do arroio Moinho, das margens do arroio Moinho, de uma ação conjunta realizada por todos esses órgãos municipais esta semana. Iniciamos essa ação na segunda-feira, e as equipes ainda estão lá removendo entulhos de toda ordem num local que é muito emblemático para nós, como eu disse, em função das mortes já ocorridas. A gente tem uma atenção muito especial com o curso d'água por toda uma questão ambiental, mas, especialmente porque, invariavelmente, as áreas de risco de Porto Alegre estão localizadas em locais onde nós temos rios e arroios. Então, a gente tem toda uma perspectiva nova. Recentemente, passaram pela Câmara de Vereadores dois projetos de lei em que nós estamos reformulando toda a estrutura da Defesa Civil municipal, o que vai permitir que a gente tenha uma ação mais efetiva junto a essas comunidades. Eu estou falando do projeto de lei que criou o cargo de agente para a Defesa Civil de Porto Alegre, e um outro, que autoriza o Executivo Municipal a contratar, de forma emergencial, 30 agentes.

Esse processo seletivo está em pleno andamento. Nós tivemos, para as 30 vagas, até sexta-feira retrasada, 552 candidatos inscritos. Eles estão apresentando documentação, a Secretaria da Administração, de segunda-feira... Eu estou meio perdido, me perdoem, mas hoje é quarta-feira? (Pausa.) Hoje é terça-feira. É que, para mim, final de semana e dia de semana é tudo a mesma coisa. Então, de segunda-feira, ontem, até amanhã, quarta-feira, é período de recurso. A gente deve ter no mês de setembro, mais tardar nos primeiros dias de outubro, essas pessoas já integrando a Defesa Civil de Porto Alegre. Qual é o nosso grande projeto, a nossa grande intenção com a chegada dessas novas pessoas? Um parêntese: hoje, a Defesa Civil de Porto Alegre são 11 pessoas atuando nas 24 horas do dia. Com esses novos 30 agentes, é prioridade para nós a instalação de 17 núcleos comunitários de defesa civil, em que nós vamos atuar pontualmente nas questões de capacitação comunitária de percepção de risco, e de autodefesa em momentos de desastre ou de risco. A gente tem um trabalho contínuo, está muito feliz pelo momento que estamos vivendo de uma possibilidade de mudança da realidade na forma e na estrutura da Defesa Civil municipal. Nós vamos ter condições de nos somarmos a esse esforço, que é em vão, se nós não tivermos a participação da população desde a conscientização até as ações para autoproteção num momento de necessidade. Nós estamos em pleno trabalho de reestruturação da Defesa Civil, como eu disse, nós já conseguimos autorização para o ingresso de novas pessoas, e agora nós estamos, a comando do prefeito Melo, enviando proposta de um instrumento jurídico que crie o sistema municipal de defesa civil, onde vão estar previstas a estrutura da defesa civil, a criação desses 17 núcleos e o fortalecimento do comitê permanente de atuação às emergências. Encerrando, quero dizer que o arroio Passo das Pedras, o arroio Moinho, o arroio Cavallhada, que, costumeiramente, apresentavam problemas por qualquer volume de chuva na cidade de Porto Alegre, pelo menos, de 2022 para cá, a gente não observa mais isso. O Passo das Pedras – essa ação que foi mencionada pelo Lucas, no DMAE, de 2022, nós tivemos uma enxurrada bastante séria, dia 26 de dezembro de 2021, em que nós não tivemos morte naquele local por sorte. A partir disso, nós

fizemos uma ação muito forte, o DMAE entrou muito forte; o DMLU, são toneladas e toneladas de entulhos que são retirados dos arroios. Na sua extensão, lá na Zeferino Dias, qualquer precipitação, por menor que fosse, a gente tinha o transbordamento lá no Sarandi do arroio, que lá eu acho que é arroio Sarandi, acho que ele muda de nome, não é? Mas é a continuação do Passo das Pedras.

No arroio Moinho, as duas mortes foram causadas pelo represamento do curso d'água, em função do entulho – as duas mortes! Hoje aquele local tem uma outra realidade. Então, por isso, a gente quer, enquanto Defesa Civil, se somar a esse esforço, porque a gente tem a consciência de que o trabalho comunitário é o que vai fazer a diferença; é o que vai possibilitar a gente reverter essa situação de forma preventiva. Seria isso no momento.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, coronel Evaldo. Eu vou passar para o Salinas, do DMLU, que entende bastante da conscientização. O DMLU trabalha bastante na questão de conscientização, a Defesa Civil também. Eu acho que a parte mais difícil é conscientizar as pessoas para não jogar tudo nos arroios. O Marco Salinas está com a palavra.

SR. MARCO SALINAS: Saudando o presidente da comissão, o Ver. José Freitas, saúdo os outros vereadores e vereadoras e colegas de governo. Realmente, vereador, eu acho que chega a ser uma batalha inglória, mas o DMLU tem pontos positivos nisso, de não ser tão reativo às questões que acontecem, a ser propositivo também. O senhor pediu que eu mensurasse a quantidade de homens, nesse do transbordamento do Sarandi, para vocês terem uma ideia, foram de três a quatro dias de trabalho, foram 70 homens lá, dois caminhões-pipa para poder deixar em condições aquele alagamento e o barro que ficou na rua. Então vocês podem ver o tamanho da grandeza que isso é. Claro que eu também muito me orgulho, um lado positivo, o coronel Evaldo mostrou a foto ali e eu só vi gente de laranja no meio ali. Então, assim, hoje, só em um dos contratos do DMLU, existem quase 2,4 mil contratados, que é o

contrato com a Cootravipa, onde um sem número são trabalhadores que a gente costuma fazer um contrato de diversos, que são para toda ação, principalmente essas ações que tem que ser reativa ao que aconteceu: desassoreamento, DMAE, mas, às vezes, o acúmulo de lixo que favorece esse alagamento é uma coisa muito importante. Mas preventivamente a gente tem prosperado no projeto Bota Fora, tentando levar essa conscientização às comunidades, principalmente as comunidades de mais vulnerabilidade social, de baixo IDH, para que eles tenham esses utensílios que não estão mais em uso, de grande volume, possam ser retirados de dentro da comunidade, evitando que seja largado dentro de um arroio ou dentro de uma nascente ou alguma coisa nesse sentido.

A gente procura manter a capina na volta dos arroios também, até como forma de ficar mais visível, ficar mais não seria higiênico a palavra, mas menos escondido, às vezes, para que se tenha uma percepção melhor, até para poder fazer a retirada dos resíduos lá. Normalmente, principalmente na região sul, é em torno de 60 dias que a gente passa a capina e a faz a limpeza lateral dos arroios.

Seria isso, eu acho que, na minha grande parte, seria agradecer a oportunidade de trazer essas informações. E sempre conclamar os vereadores que têm sua base e os colegas de governo, a população, em geral, a fazer um pacto social do descarte correto dos seus resíduos. A gente tem proposto dentro de Porto Alegre e, em breve, estaremos inaugurando mais duas Unidades de Destino Correto, que vai favorecer as comunidades para que façam o realocamento correto dos seus resíduos, mas, volto a dizer, isso tem que passar por um pacto social, um pacto com o poder público, o Poder Legislativo e a sociedade civil como um todo, para que a gente possa, no mínimo, amenizar essas circunstâncias. Certo?

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito obrigado, Salinas. Eu vou passar à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Dilton Martins está com a palavra.

SR. DILTON MARTINS: Quero cumprimentar o Ver. Freitas, demais vereadores presentes, demais a colegas do Executivo e comunidade presente. Na Secretaria de Serviços Urbanos, somos responsáveis, além da questão de tapar buracos, vias urbanas, iluminação pública, uma parte de apoio ao DMLU e nas questões de manejo arbóreo. Em 2021, quando a gestão Melo assumiu o governo, nós tínhamos o contrato de manejo arbóreo em torno de R\$ 5 milhões para fazer todos os serviços de Porto Alegre. Nós recebemos com R\$ 19 mil de passivo, de podas, supressões de todas as regiões de Porto Alegre. Conseguimos, hoje, fazer muito mais do que que havia sido feito, por uma questão de aumento de orçamento, não é, vereador? Em 2022, conseguimos aumentar para R\$ 10 milhões o valor desses contratos, temos hoje duas empresas que estão trabalhando na cidade, na Zona Sul e na Zona Norte, que são empresas terceirizadas que fazem todo esse trabalho. Nós temos uma equipe lá dentro da UPR, que é a Unidade de Podas e Remoções de Vegetais, que trata de todas essas questões. E hoje, em 2023, a gente está chegando a R\$ 14 milhões, o que nos dá uma velocidade um pouco maior para dar apoio em todas essas questões que nós temos na cidade.

Com relação aos arroios, que a gente está trabalhando, tratando hoje, nesta reunião, nós, da Serviços Urbanos, a gente dá o apoio ao DMAE. Normalmente eu tenho contato com a engenheira Isabel, que faz todas essas avaliações. Estive com ela no arroio Passo da Mangueira, junto com o secretário Marcos, e conversamos sobre essas questões desses vegetais que ficam nos taludes, que geraram, às vezes, represamento. Também, por outro lado, a remoção desses vegetais poderia também causar o desassoreamento, a queda dos barrancos que ficam no entorno. Então, tem que ter muito cuidado na questão que o Ver. Gilson falou, é importante ter agilidade no processo para evitar riscos maiores e conseguir dar um atendimento mais rápido, como o coronel Evaldo falou. Quando a gente tem essas atividades, como os ciclones, por exemplo, que a gente tratou muito junto, a gente tem que ter uma ação mais enérgica, mais rápida, e a gente termina passando por cima de muitas coisas, mas, na manutenção, a gente tem que ter todo um cuidado, porque senão a gente pode

causar um problema maior do que o que já existe. Eu tenho um caso, hoje, lá no arroio Capivara, que é lá na Av. Tramandaí, o vereador conhece lá, temos lá uma questão de que, com o ciclone, a quantidade de água que corre pelo arroio veio trazer muitos problemas ali. Porém, a gente tem uma dificuldade, o DMAE tem uma dificuldade muito grande de fazer a limpeza, o desassoreamento daquela região, que é o caso, que precisa, porque não tem como acessar, porque tem construções em todo o leito do arroio, tanto na Av. Tramandaí ali, provavelmente seja quase um quilômetro até o rio, só que o DMAE não consegue acessar. Se a gente fizer algum manejo ali, pode causar algum problema na estrutura das residências, então tem todo um cuidado que precisa ser tomado.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Mas esse é um dos casos que pode ser por dentro do arroio?

SR. DILTON MARTINS: Sim, mas, para chegar ali, tem que ter uma remoção de vegetais, vereadora. Então, eu passo ali todos dias, é o meu caminho de casa, então a gente vê ali na beira do arroio tem, não é plantio natural, mas, às vezes, um passarinho faz cocozinho dele, e cria uma figueira bem no talude, bem no muro de arrimo, como o Ver. Oliboni falou, e vai causando a quebra daquela estrutura e vem para dentro do arroio. Isso aí, lá no Passo da Mangueira, que o nosso amigo Joaquim trata bastante, a gente verificou muito disso, tem muitas árvores no leito, cujas raízes estão rompendo tudo, e vem caindo. Então, a engenheira Isabel já está organizando tudo, ela está identificando todos esses vegetais para, junto com a SMAM, a gente fazer todo esse manejo arbóreo que é necessário para que a gente não tenha essa perda das estruturas e também do arrancamento dos arroios.

Isso aconteceu também ali no Dilúvio, o Ver. Oliboni perguntou sobre o porquê dessas quedas, ele colocou a questão do desassoreamento, se é causa dessas quedas, e eu acredito que não seja. Eu acredito seja muito das questões dessas árvores que estão na beira do arroio Dilúvio, que estão muito grandes, não foram plantadas pela SMAM, são plantios naturais, com o tempo as árvores vão se

criando e nascendo ali. Então, a engenheira Isabel já verificou muitas delas, e já está fazendo várias ações. Lá perto da PUC foi um caso muito grande, eram duas figueiras, uma de cada lado, que terminaram rompendo esse talude e veio abaixo. Porque as árvores naturalmente vão buscar água. E onde é que está a água? Lá no arroio, lá embaixo. Elas vão por dentro do talude, vão rompendo e terminam caindo. Então é um trabalho bem criterioso que tem que ser feito em conjunto aí com todas as secretarias. Venho falar aqui que a SMSUrb, junto com DMAE, DMLU, SMAM, tem esse trabalho em conjunto muito importante. E, nessas áreas, como eu falei, dos ciclones, a gente faz esse apoio para que... Infelizmente, esses problemas que a gente observa, principalmente nas regiões mais carentes, a gente tenta fazer esse atendimento para evitar os impactos mais problemáticos causados, inclusive mortes de pessoas já aconteceram na cidade. Então, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos está sempre dando apoio e está sempre à disposição das pessoas, dos vereadores e da comunidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Dilton. Eu só queria pedir para nós acelerarmos um pouquinho, nós estamos ao vivo na TVCâmara, estreando hoje a Comissão ao vivo na TVCâmara. Nós temos um teto até meio-dia, já são 11h14min. Antes de passar a palavra aos demais convidados, vou dar um aparte para o Ver. Gilson.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Dilton, a minha referência, naquela hora, ao projeto não era ao leito, mas sim aos vegetais que nascem dentro do arroio e acabam virando, de repente, um paliteiro, porque daí começam a trancar as coisas. O morador, quando vê, atira um colchão lá dentro, atira um sofá, isso vai indo e acaba trancando toda a água e ocorrem os alagamentos. Por isso que eu falei sobre o projeto, árvores que nascem. O que mais nasce dentro é maricás, então isso é para ajudar as secretarias e ter um trabalho mais ágil.

Aproveitando, eu queria mais um minutinho, Lucas, a gente tem uma grande preocupação, eu falo em dois arroios: o Salso e o Manecão, onde os acessos

são complicados, e, quando tomba alguma árvore, aquilo acaba fazendo barreira. E sei que no próprio Salso, no final do Túnel Verde, tem árvore caída, e aproveitando agora a melhora de setembro em diante, começam a baixar as águas, eu acho que tem que ter um carinho mais especial. E um outro é ali na comunidade indígena, na ponte – a gente chama ponte dos índios, mas hoje é comunidade indígena –, também a gente olha ali dentro do arroio tem muitas árvores caídas e teria que dar um tratamento diferenciado, porque, quando vêm as chuvas, aquilo ali está livre para a água correr.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): E deu enchente...

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Deu enchente ali, foi onde tiraram 48 indígenas, uma força-tarefa feita pela Brigada Militar.

Aproveitando, a gente tem que dar uma trabalhadinha, de repente, o Manecão é ruim de acessar, mas se trabalhar a foz lá embaixo, se mexer na foz, acaba não virando uma barreira, e a água consegue correr com mais rapidez. Esse é meu apontamento, e antes o José Freitas tinha feito uma pergunta sobre o recurso que foi votado aqui, os R\$ 45 milhões para fazer...

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O desassoreamento...

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): A macrodrenagem do Túnel Verde e microdrenagem, onde pega a Rua Dorival Castilho Machado, e também pega o Túnel Verde, se tem alguma previsão dessa obra ser executada ou não. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O Sr. Dilton está com a palavra.

SR. DILTON MARTINS: Eu acredito que ali do Túnel Verde, vereadores, é a Secretaria de Obras que deve estar dando essa resposta.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O Sr. Alex, da Secretária Municipal da Saúde, está com a palavra.

SR. ALEX LAMAS: Bom dia a todos, parabéns ao Ver. José Freitas, à Ver.^a Lourdes, ao Ver. Gilson, que eu conheci enquanto ainda trabalhador do CAR; demais colegas, demais servidores, comunidade aqui presentes. Quero dizer que este assunto é fundamental, porque a base da saúde humana tem a ver, sim, não tanto com hospital, não tanto com medicação, com tecnologia, mas com água que a gente bebe, com solo que a gente convive, o alimento que a gente consome, enfim. Então, é muito oportuno e ganha em importância o assunto pelo momento também de crise climática, a gente não está vendo só os danos ambientais dos últimos anos, mas esse litígio do homem com a natureza agora está nos trazendo uma perspectiva bem grave, bem importante em relação à crise climática global. Isso interfere, sim, não só na temperatura do mar, gases do efeito estufa, mas na condição de chuvas, o regime de chuvas aqui para nossa região, isso dito pelos glaciologistas, climatologistas que a gente tem acompanhado a partir da vigilância ambiental em saúde. Então, muito objetivamente, só quero dizer que esse assunto é oportuno, de extrema relevância. E também, pelo convívio nas comunidades, essas 27 microbacias também não deixam de ser uma riqueza da cidade de Porto Alegre; a gente tem um anel de nascentes ali na região da Lomba do Pinheiro. Então, é uma riqueza da cidade, importante que a gente repense a nossa relação para que a gente resgate inclusive serviços ambientais. Que essas áreas verdes, essas áreas alagadas e os arroios – as 27 microbacias – venham ao encontro da saúde humana e não contra a saúde humana, a saúde animal, enfim, do ecossistema. Então parabenizo, espero que esta comissão siga nesse planejamento, porque talvez o coronel Evaldo seja a maior testemunha, essa realidade, infelizmente, de chuvas fortes, ciclones, regime energético climático veio para ficar; então a gente vai ter que estar preparado para essa resposta.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Alex. Passo para o Luiz Felipe da SMAMUS. Por gentileza, Luiz Felipe.

SR. LUIS FELIPE DORNELES: Bom dia a todos. A parte que cabe – eu vou ser bem mais breve que meus colegas, acredito – à SMAMUS é a parte de licenciamento das licenças e monitoramento, como os meus colegas aqui estavam comentando, da parte de vegetação e monitoramento de fauna também, que, às vezes, precisa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. LUIS FELIPE DORNELES: Que, dependendo do trecho – precisa fazer uma dragagem, uma limpeza –, a gente analisa, vê e faz a compensação, se tiver que fazer alguma remoção de árvore, sendo feita nesse caminho para a execução do trabalho. Mas, na grande maioria, a gente consegue ajustar em algum local que tu não precisas muita intervenção na vegetação; então a parte que mais nos cabe é licenciar de trecho a trecho. Por enquanto, eu estou vendo que a ideia é fazer mais linear, todo o local; eu acho uma excelente ideia na verdade. Se for possível vai ser muito bom, vai ser bem mais ágil, e a gente acaba trabalhando mais de suporte, na verdade, para o DEMAÉ, para as outras secretarias que atuam mais na parte do trabalho. Então o que eu tinha mais para dizer era isso: que a gente cuida mais da parte do licenciamento, da emissão de licenças, das autorizações e de compensação, se for o caso, se realmente precisar. Seria isso aí.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Luiz Felipe. Passar para a PGM, doutora Andreza, por gentileza.

DRA. ANDREZA SABALLA: Bom dia, saudações a todos. Bom, pelo que eu pude perceber, a PGM já vem acompanhando, inclusive tinha um dever de casa, que era trazer, eu acredito que sejam os valores que vocês queiram, não é? Eu

trouxe aqui os valores, eu consegui os valores. Nos últimos três anos deu em torno – eu tenho específico aqui se vocês precisarem – deu em torno de R\$ 3,5 milhões nos últimos três anos de indenizações. Isso dá em torno de 70 a 80% de todas as indenizações do município de Porto Alegre. Eu até sugiro – se vocês precisarem mesmo desses valores formalizados – de oficiar a Procuradoria de Indenizações e ela fornecerá os valores bem detalhados, eu tenho todos aqui, eles me informaram. Mais alguma coisa estou às ordens.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado. Marcelo, gostaria de fazer uma fala? Marcelo é da Secretaria da Fazenda.

SR. MARCELO FERNANDES: Bom dia a todos! Bom dia, presidente José Freitas, na pessoa de quem cumprimento os demais parlamentares presentes, os colegas de Prefeitura e a comunidade presente. Queria ressaltar, igualmente, a importância de uma audiência como essa e falar, sem fugir ao assunto do seu questionamento, queria falar muito brevemente do trabalho da Secretaria Municipal da Fazenda quanto a esse encargo de organização dos recursos para essa situação dessa gestão orçamentária e financeira dos recursos usados para essas obras de drenagem. Atualmente são recursos próprios da Prefeitura no programa especificamente de gestão da cidade, quanto a essas águas pluviais, especificamente na melhoria da infraestrutura para manejo de águas pluviais urbanas. Dos R\$ 149 milhões de todo o programa – e nessa ação específica –, a gente tem R\$ 11 milhões empenhados, nos quais, aproximadamente, um pouco menos da metade já foi executado até a presente competência. Igualmente, voltando à questão do financiamento, fruto do questionamento do excelentíssimo vereador, o que ocorre é que, para esses grandes financiamentos dessas agências financeiras oficiais, a gente precisa de um aval da União, especificamente quanto à garantia e contragarantia nessas operações, e esse aval vem fruto de algumas certidões que a gente obtém no Estado, dos órgãos de controle. E especificamente a nossa certidão relativa à manutenção e desenvolvimento do ensino obteve um parecer contrário da Procuradoria-Geral

da Fazenda Nacional e, quanto aos mínimos que a gente teria gasto, está em discussão atualmente, e obviamente isso está sendo devidamente judicializado, com vistas de a gente obter a liminar para poder viabilizar esse investimento. E, além disso, também está em discussão no gabinete do prefeito a alteração dessa lei, de maneira que a gente não necessite mais especificamente desse aval da União, para que a gente possa viabilizar de maneira mais objetiva esse financiamento. Mas, a gente está, então, na etapa de aguardar esse aval da União para liberar o recurso e assinar o contrato, para que a gente possa usar esses R\$ 42 milhões do BRDE.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito obrigado, Marcelo. Vamos passar para a plateia, nós temos três inscritos. O primeiro, o Sr. Joaquim. Por gentileza, Sr. Joaquim, se identifique.

SR. JOAQUIM JOÃO RAMOS: Posso falar 30 minutos, 1 hora ou meia?

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Três minutos.

SR. JOAQUIM JOÃO RAMOS: Meu nome é Joaquim Ramos, eu sou do Vizinhança Solidária Conselho Comunitário Itu Sabará. Alguém já conhece, muitas pessoas já nos conhecem. Eu vou falar do arroio Mangueira como um ser vivo, e como todos os arroios são. Eu estou doente há décadas, a Prefeitura e os órgãos públicos sabem disso, porque a comunidade grita constantemente sobre o meu problema, que é o de outros arroios também. Eu tenho dengue, tenho rato, tenho baratas, inclusive a COSMAM já esteve no local, em tempos passados, e peço socorro, que a COSMAM compareça novamente para dar continuidade à limpeza do meu leito, que tem muros de arrimo estreitos em diversos pontos. Quem caminha ao longo, que cruza todo o Itu-Sabará e que passa pela frente, de no mínimo três colegas da região... Eu tenho alagamento constante, falta de iluminação, falta de poda... O Conselho Comunitário Vizinhança Solidária orienta a comunidade para que cuide e não jogue lixo que

possa me causar maiores problemas, que é a conscientização da comunidade. Eu tenho árvores, no mínimo, de 2 metros de altura, e posso dizer, com certeza, de três goiabeiras, das quais muita gente recolhe goiabas para se alimentar, que nasceram dentro do arroio. Então, apesar de a comunidade gritar a meu favor, eu estou há muito tempo na UTI e ninguém vem me ajudar, e eu vou morrer. Lá, gente, já caiu carro; já caíram cabeças de seres humanos dentro do meu arroio, do meu local, que foram recolhidas; carros, pessoas, sofás que as pessoas jogam, esgoto a céu aberto que jogam em mim, no arroio Mangueira. E não bastasse só isso, a menos de 100 metros em linha reta, existe a primeira estação de tratamento de esgoto de Porto Alegre, no Jardim Planalto, que, pelo que eu tenho conhecimento, existe um projeto de que esse arroio, que sou eu, seria desviado para essa estação de tratamento para que voltasse, não mais da forma *in natura*. Tem muitas casas antigas, que deveriam estar usando fossa, e que irregularmente jogam dentro do arroio, em encanamentos clandestinos. E, não bastasse somente isso, inclusive, já muita gente denunciou, e foi constatado, de que empresas de fossa descaradamente descarregam, dentro de mim, produtos químicos, que eles recolhem esgotos de outro local *in natura* e jogam dentro de mim. Eu estou falando como um ser vivo, eu sou o arroio Mangueira. Eu estou na UTI. Por favor, não só eu, como todos que me levam aos rios e aos mares, tenho que estar saudável, para que vocês também possam consumir as águas que saem dos arroios e dos rios. Não somos políticos, quem está falando em nome do arroio Passo da Mangueira, e a comunidade é unida, não tem ligação política partidária, é única e exclusivamente na prática da cidadania e da empatia, e as pessoas, que alguns aqui estão, sabem que efetivamente isso é praticado.

Então, socorro, COSMAM, compareçam no arroio Passo da Mangueira, não só nele como em outros, e façam alguma coisa para salvar o futuro, porque, daqui a 100 anos, gente, não estaremos mais aqui, e eu e o arroio Mangueira poderemos nem mais existir, assim como tantos outros, pelas imagens que vocês estão vendo. É um simples exemplo. A máquina administrativa tem que criar soluções viáveis para resolver o problema e não apenas dialogar sobre os

problemas graves da nossa comunidade, e não é desta administração, são problemas que vêm de décadas e décadas, e aí eles vão empurrando o problema com a barriga. É uma máquina que não funciona corretamente onde se sabe que as estruturas precisam mudar a visão de como usar, com eficiência e com eficácia, os recursos que nós, cidadãos, pagamos, esse recurso tem que vir na prestação, na qualidade de serviço. E eu, como arroio Mangueira, que falo como sendo um ser vivo e sou um dos que precisam desse recurso, e com urgência.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito obrigado, Sr. Joaquim. Nós estivemos lá, faz uns quatro anos, eu presidi, fizemos uma audiência lá no posto de saúde, sobre o Posto Mangueira e sobre o arroio Mangueira, e, infelizmente, pelas imagens que o senhor mostrou, está pior a situação, estão caindo os taludes. Eu gostaria que alguém aqui da Prefeitura, depois, no final, falasse alguma coisa se tem alguma previsão ali, para Sr. Joaquim levar.

O Sr. Lauro Leopoldo da Costa Silveira, do Conselho Comunitário do Itu-Sabará, está com a palavra.

SR. LAURO LEOPOLDO DA COSTA SILVEIRA: Vou utilizar meus três minutos. Bom dia aos senhores e às senhoras, especialmente às autoridades presentes, aos vereadores, e a cada um que aqui representa uma instituição, um setor público. Que bom que essa pauta venha à tona, que boa essa proposição. Há pouco, nós escutamos um trovão, e o clima, com certeza, já mudou. Afinal, nós vamos investir dinheiro na causa ou na consequência? Temos que escolher, e essa escolha hoje está muito ligada à comunidade. Eu até fiz algumas colinhas, porque a gente sabe que o alinhamento das cidades inteligentes, da agenda 2030, do ESG, já não é um discurso do passado; é um discurso do presente, e é inadmissível não falarmos disso, principalmente quando a gente sabe, e eu, por exemplo, já fui camelô, já fui garçom, mas tive oportunidade de ser funcionário público, trabalhar em multinacionais, de convergência de dados, e tudo mais, então eu conheci algumas praias, e eu posso dizer como é bom estar organizado.

Lá no Jardim Itu, a gente tem um bairro hoje, senhores, que é muito organizado. Eu estou hoje de prefeito de uma praça, a David Bem Gurion, estão convidados a conhecer a praça, e, aqui atrás, a gente tem pessoas que tem uma representatividade, e nós nos unimos no bairro, em prol da biblioteca, em prol da saúde e em prol do meio ambiente. E como é bom viver no Jardim Itu, porque nós brigamos, e esse caso do arroio Mangueira, obviamente antes de vir aqui, eu dei uma olhadinha na internet, isso faz muito tempo. Isso é um problema, de um bairro, de 54 anos! Só que aqui nós temos uma coisa atual, nós temos o escorpião amarelo, o mosquito da Dengue. O mosquito não é assim: “oh, nesse bairro eu entro, nesse bairro eu não entro...”. O mosquito é para todos nós. No que que nós vamos trabalhar? Na causa ou na consequência? Obviamente que a gente tem ainda uma cultura que está dentro de nossa cultura, infelizmente, que eu chamaria – e não quero ofender ninguém – a cultura do Gasômetro, no bom sentido, porque, no final do ano, a gente olha no Gasômetro e vê aquele lixo depois daquelas festas. Eu digo: isso é uma cultura que vem do bairro, e a gente tem que melhorar essa cultura dentro da nossa comunidade, tem que construir uma cultura para que as pessoas possam usufruir do espaço público de uma maneira consciente, não através do lixo, porque, depois, os órgãos públicos são limitados, têm as suas limitações, e nós temos que entender isso. Eu gostaria também de salientar, e eu já tinha conversado com o senhor, que eu acho inadmissível ter 11 pessoas numa cidade de mais de um milhão de pessoas. Então, quem sabe um exercício: núcleos nos bairros. Núcleos nos bairros, quem sabe, dentro das próprias praças, de pessoas orientadas pela Defesa Civil, que se possa instruir, indicar, construir uma cultura, o que fazer num momento difícil, como nós vamos ter... Eu não quero pregar tempestade ou catástrofe, mas nós vamos ter catástrofes, e se nós não cuidarmos disso, nós não vamos saber o que fazer, e vai dar morte, Sr. Joaquim, vai da morte. E aí sim nós vamos nos perguntar: o que eu fiz para isso, como ente público, privado, sociedade? Por isso que estamos aqui.

Então, a relevância da união, trabalhar urgente o importante, e as contrapartidas. Foi dito aqui pelo vereador: de onde vem o dinheiro? Só que a gente vê a cidade

em plena construção. Que bom! Progresso! Coisa boa! É elementar o progresso, agora, vamos fazer o seguinte: tu constróis e olha o que a comunidade precisa, pergunta para ela, não vem impor, mas pergunta: “quer investir num arranha-céu? Que bom, maravilhoso, mas não esquece do arroio Mangueira, não esquece lá da Zona Sul, daquele que vai transbordar. Como é que eu conheci as comunidades? Eu conheci as comunidades de uma maneira que vocês não vão acreditar. Eu sou Papai Noel, fui convidado para ser Papai Noel, e fui Papai Noel das Ilhas; é de chorar. É de chorar. Papai Noel não chora. Eu sou Papai Noel aqui da Agronomia. Aquelas crianças pobres, aquelas casas que não têm esgoto, é de chorar. Papai Noel não chora. Tomara e benza Deus que Papai Noel traga para essas famílias um esgoto, saneamento básico, escola, educação, uma qualidade de vida.

E aqui quero agradecer de novo: que bom, vereador, que o senhor traz à pauta esse tão importante e relevante assunto. Tomara que cada um de nós nos conscientize, que possamos levar essa consciência junto com as pessoas que dominam essa pauta, seja no judiciário, seja na saúde, seja no meio ambiente, seja para preservar as árvores, e, acima de tudo, pessoas que são os auditores desta cidade, que são os representantes desta cidade. Sabemos que os senhores têm uma posição, mas aqui é convergimos pelo interesse, o interesse da saúde, o interesse da vida, porque amanhã ou depois, e vai ter, o clima vai nos chamar e vai nos perguntar: o que vocês fizeram pelo arroio Mangueira? São anos e anos! Me coloco à disposição, parabéns a todos que estão aqui, que representam alguma instituição, e como é bom externar, dar oportunidade para que a gente faça junto as nossas reuniões, sabendo o que cada um dos senhores pensa, e contem conosco lá dentro das comunidades. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Nós que agradecemos, Seu Lauro. O Sr. Laone está com a palavra.

SR. LAONE SIMONETTI DE OLIVEIRA: Bom dia a todos, sou conselheiro da Unidade de Saúde Coinma, também estou presidente do Centro Comunitário

Coinma, sou contador formado, tenho habilitação, e também trabalho no transporte escolar. Então, eu me envolvo muito com as causas humanas: comunidade, causas humanas; educação, cultura, saúde e segurança. Por uma situação voluntária, isso nada é pago, nós estamos aqui única e exclusivamente por ideal, por amor ao próximo, por amar a Deus. Então, independentemente de religião, tem dois mandamentos muitos importantes, que nós precisamos sempre levar junto: que é o que amar a Deus sobre todas as coisas, temos que ter um credo, não é verdade? E amar ao próximo como a si mesmo. Então, são dois motivos que nos carregam, nos trazem aqui neste dia em que nós teríamos que estar batalhando pelo alimento para os nossos filhos, individualmente, mas não, a gente se preocupa com o todo, e nós temos essa particularidade lá na nossa comunidade. Como é difícil falar de novo, porque os nossos dois colegas aqui já explanaram quase tudo, mas prestando bem atenção, sobre a questão da Defesa Civil, precisamos muito mais do que 30, mas já é um avanço. Eu sinto falta, senhores, aqui, do pessoal que trata da educação e do pessoal que trata da cultura; gostaria de, numa próxima audiência, ter o acompanhamento desse pessoal. Eu tenho uma filha com 12 anos, ela estuda na escola estadual Japão, e o arroio Mangueira passa do lado. O que a gente percebe? As escolas estão praticamente num mundo à parte nesse sentido comunitário, eu fico perplexo de saber que não tem um grêmio estudantil dentro de uma escola, ou seja, zero educação política, porque políticos somos todos nós, nós temos ideais e temos os caminhos, mas como o colega falou, todos temos a mesma busca, que é o quê? A cultura, a educação, o bem-estar, a evolução, mas agora temos que estar muito preocupados com a continuação. Como assim, continuação? Nós lá temos uma área de 33 hectares, que é do Zaffari, que agora está sendo mexida, foi liberada, foi derrubada uma série de árvores e tal, e a geologia do ambiente, a geografia, olhando a gente vê que as águas vão cair dentro do arroio Mangueira. Nós teremos lá espigões, e nós temos lá vertentes maravilhosas, das quais nós poderíamos estar ofertando para a comunidade uma água de qualidade infinitamente melhor do que a que temos, então eu pergunto: como é que está a nossa integração com a comunidade, com a educação e com a cultura? Na raiz,

peçoal, porque é o que a gente vê aqui, eu estou muito feliz de estar aqui participando, eu já fui atalhando, não falei muito, não agradei muito, porque o tempo é curto, mas a gente tem que fazer essa integração, pessoal. Nós estamos numa ponta, estamos nos empenhando para resolver um problema. Causa ou consequência, como o colega falou, onde está a causa? A causa está lá no cidadão que não sabe lidar com isso, na cultura, no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que foi falado, qual é a nossa preocupação com essa área? Estamos numa ponta, a gente está vendo de cima pra baixo ou de baixo pra cima? É para isso que eu gostaria de chamar atenção hoje: não chamar o foco não só para o problema, mas para o início das coisas. Nasceu uma criança? Bênção de Deus, vamos buscar saber qual o caminho que vai seguir essa criança, vamos nos preocupar com isso, com essa continuação, com esse desenvolvimento, só assim nós começaremos a atacar as causas, porque a causa – claro que temos o evento climático – é o ser humano.

Agradeço muito, peço desculpa pela minha fala alongada e dou parabéns a todos que estão aqui buscando resultados positivos para o ser humano, para tudo que é de bom. Uma boa continuação a todos e penso que teremos mais oportunidades para analisar os resultados dessa nossa batalha aqui, essa nossa conversa. Nós lá vamos fazer um esforço, nós estamos nos integrando com as escolas, nós temos uma biblioteca pública, nós temos um posto de saúde, nós temos uma associação, nós temos os prefeitos de bairro; então a nossa ideia é que isso se propague. Por que estamos aqui hoje? Somos quatro, cinco, seis, mas nós poderíamos ser milhares, nós representamos esses milhares, mas nós queremos multiplicar isso para todo o lugar, não só Porto Alegre, todo lugar. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Nós que agradecemos, Seu Laone, a sua presença e a sua colaboração. O Sr. Lucas pode falar sobre o arroio Mangueira, se tem algum projeto já encaminhado para a manutenção e desassoreamento, enfim, porque, como a gente viu nos vídeos – e a gente viu isso pessoalmente –

, está caindo todo o talude, está caindo, desmoronando, a água está levando, está bem grave a situação ali; por gentileza.

SR. LUCAS HOWEM NARDES: Especificamente sobre o arroio Mangueira, como colega da SMSUrb comentou, ali já foram feitas algumas vistorias no local com o DMAE. O que ficou, neste primeiro momento, de competência do DMAE era a gente fazer o levantamento das vegetações que estavam mais críticas, que estavam comprometendo a estrutura do talude, e isso está sendo feito, é bastante vegetação. A SMSUrb vai apoiar com o corte, para, aí sim, a gente poder fazer a dragagem. É um canal relativamente curto, então o estudo da dragagem e do que que a gente pode fazer com esse maquinário pesado, que eu já tinha mencionado anteriormente, tem que ser bem cuidadoso para a gente não piorar o problema. Então não adianta a gente fazer alguma medida paliativa, retirar o resíduo com as nossas escavadeiras e aumentar mais ainda o problema dos taludes. Os taludes que tem bastante, como a gente viu ali nas fotos, já tem vários pontos que estão rompidos. A gente está fazendo um levantamento para ver o que que é possível fazer. Então é como a dragagem, às vezes a gente não consegue fazer o ideal, a gente faz a dragagem possível, e a gente faz o conserto possível. Então, do Paula Soares, para resumir, essa é a nossa incumbência, levantar toda a vegetação que atrapalharia a dragagem e que está causando risco de novos desabamentos, vamos dizer assim, de talude para a SMSUrb cortar para a gente poder depois entrar com a dragagem propriamente dita. O do Túnel Verde, eu consultei aqui os universitários, para 2024, está previsto a obra do canal na estrada, e tem previsão de entre um ano e meio pra execução depois de estar licitado. Acho que era isso, da minha parte.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Lucas. O Sr. Joaquim está com a palavra; peço que seja breve.

SR. JOAQUIM JOÃO RAMOS: Eu sei que o tempo é curto; acabou de falar que está sendo realizado, e eu acompanho semanalmente, no mínimo, umas duas

ou três vezes, caminhando pelo local. Eu não vi nada de trabalho de remoção de árvores no interior do arroio Mangueira, e o arroio Mangueira não está só localizado na Av. Paula Soares, ele cruza todo o Jardim Itu-Sabará, e atravessa a Baltazar de Oliveira Garcia, onde existe alagamentos em dias de chuva interrompendo uma das vias mais principais de Porto Alegre, que é a Baltazar de Oliveira Garcia com a Emílio Kemp. Eu, não, repetindo, nem uma vez eu vi, e existem as árvores lá que não estão sendo removidas no interior do arroio Mangueira, da qual eu citei árvores no mínimo de 2 metros de altura que existe e até demais, que dá para a gente medir.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado.

SR. DILTON MARTINS: Só para ressaltar e complementar ali a informação do colega Lucas do DMAE, respondendo para o nosso companheiro Joaquim; em junho, eu estive ali com a engenheira Isabel, com o secretário Marcos Felipe da SMSUrb, identificamos o problema, que são os taludes desbarrancando ali, como o senhor já havia comentado, e tem um processo SEI já bastante antigo, não é, vereador, nesse sentido que o Joaquim já nos cobra há algum tempo, cobra da Prefeitura, e a gente foi até o local. A engenheira Isabel comentou essa questão que ela precisa desses laudos que a gente vai dando, assim como ela vai precisando né, porque ela já tem um contrato para executar esse serviço. Ela já falou que é importante, mas essa questão vai ser feito em seguida tá, é que eu não posso responder pela engenheira Isabel, só que, nesse meio período, ocorreu o desbarrancamento lá no arroio Dilúvio, e ela precisou fazer esse atendimento lá, porque a Av. Ipiranga ia terminar ruindo. Então a gente teve que... Penso eu que a engenheira Isabel está tratando a questão lá do arroio Dilúvio, assim que aquela questão for solucionada em definitivo, ela deve retornar lá com as equipes para reiniciar o trabalho lá no arroio Mangueira, mas pode nos contatar, Joaquim, que a gente vai tratando isso aí, e a gente vai olhando junto.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Dilton. Eu vou fazer, Sr. Joaquim, um ofício, nós vamos oficializar aqui pela COSMAM, lá para a secretaria, para trazer os dados oficiais, e até em relação a quando vai ser feito, uma previsão, quando vai ser iniciada a obra lá, para vocês terem isso oficialmente. Está *ok*?! Os colegas vereadores gostariam de fazer uma fala final? (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Queria falar sobre o arroio Mangueira, aproveitar que estão aí vários representantes; em 2019, a comissão de saúde esteve lá, numa sexta-feira, 6 de setembro, para verificar a situação. Na época, no momento, fomos eu e o Ver. Oliboni, caminhamos lá no entorno; o Alberto Kich, conselheiro do conselho local de saúde, disse que o esgoto pluvial existente já tinha cinco décadas e nunca tinha sido feito manutenção. Depois a COSMAM fez, em 2018, pelo menos é o que consta na nossa reportagem aqui, uma emenda de R\$ 2 milhões. Isso aconteceu? Não aconteceu? Foi utilizado? Não foi destinado? Isso é importante, eu acho, de a gente saber se realmente chegou a resgatar, se aconteceu ou não, não é? A presidente da Associação de Moradores, Ivone Nichele, integrante do grupo há mais de 40 anos, destacou que em 2019 se cumpre sete anos que o local está abandonado. Viria a conhecer o problema, admitiu ter esquecido a reunião que agendou conosco, e aí tem várias falas, mas eu acho que é importante isso aqui, a gente não tinha comentado a questão de se esta emenda realmente aconteceu ou não. Porque, o que que eu vejo? É muito importante a gente trazer temas, pontuar, mas são mais de 10 anos trabalhando num tema que só piora, e a gente não consegue fazer nada, não consegue sair do ponto “x”. Então, o que que a gente pode fazer? Porque nós só visitar não resolve o problema, a gente precisa de uma solução. Então a gente tem que visitar com quem? Com o prefeito? Para o prefeito dizer: faz. Não sei, mas a gente tem que achar uma solução para iniciar o processo, porque nem início do processo se tem. A gente só promete que vai tentar resolver, que vai tentar fazer, que vai tentar melhorar, que vai... mas tentar não resolve, e a cada chuva a coisa só piora. Eu sei que muitos são os arroios com

problemas semelhantes a esse da Paula Soares, mas a gente – enquanto comissão, não é, presidente? – vem falando sobre ele há muito tempo. A gente já fez mais de uma visita, e nada aconteceu. Então a gente tem que achar uma solução. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, vereadora. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Foi uma reunião muito produtiva, as áreas aqui fizeram as suas explicações. Realmente é complexo, é um trabalho imenso, mas eu vejo tantos milhões liberados, eu acho que dá para ter início, meio e fim. E eu já parto para o encaminhamento que é um relatório do que foi realizado e a realizar, como o representante do DEMAÉ já apresentou, mas que seja oficial para nós, se tem algum *link* que, de acordo com a lei de transparência, que nós possamos acessar para conhecer. E também para a PGM, a informação para a COSMAM sobre os valores de indenização – tem os judiciais e também tem outros acordos que são feitos em decorrência desses danos. E uma curiosidade que eu tenho: como é feito o licenciamento envolvendo a fauna? E também eu vejo que a mitigação e a compensação não estão atendendo a contento nos locais em que são, de repente, feitos, não só nas áreas de arroio, mas também eu tenho visto nos empreendimentos. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Em primeiro lugar, eu queria agradecer à COSMAM pelo convite para fazer parte desta manhã de trabalho bem produtiva. Quero me colocar ao lado do Lauro ali pela fala dele, e é muito importante a gente relatar, porque a gente vive isso no dia a dia.

Também para o Laoni, eu faço parte da CECE, eu sou vice-presidente da CECE, a gente trabalha em cima de cultura, educação e esporte. Vamos conversar sobre isso para a gente tentar levar a CECE ou trazer a comunidade aqui. Coronel Evaldo, estou muito preocupado, porque recebi vídeos agora aqui no Extremo-Sul, em Belém Novo, chuva de pedra e, daqui a pouco, nós vamos ter a comunidade nos pedindo ajuda, porque é telhado quebrado, é falta de luz, é falta de água, são os arroios extravasando, e isso nos preocupa. Quando eu falo, Dilton, base do governo, as secretarias, o DEMAÉ, a SMAMUS, é porque eu sou de uma região onde a gente vive – tu conheces – o dia a dia. Nós temos problemas de ruas com pouca pavimentação, a gente precisa das limpezas como estão sendo, o Lucas falou das limpezas de vala na Av. do Lami, isso é muito importante, porque tem resíduos ali há 10 anos, Ver. José Freitas e Ver.^a Cláudia, que estão sendo retirados. E a comunidade vai ter o que? Uma calçada, uma área de escape para estar andando de bicicleta, para poder sair. Antes, tinha um barranco, e aí causava acidente. Então, me convidem sempre para eu poder contribuir nessas reuniões da COSMAM. Eu estou sempre à disposição. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Só resta, então, agradecer a presença de todos vocês, a explanação de todos. Todos aqui, na verdade, precisam um do outro, uma secretaria precisa da outra, trabalham juntas e em conjunto. E vamos continuar trabalhando, vamos acompanhar o arroio Mangueira, a partir de hoje, vamos acompanhar para acontecer lá. O que estiver ao alcance aqui da COSMAM nós estaremos somando junto com as secretarias, para fazer acontecer lá. Está *ok*? Muito obrigado por tudo. Nós vamos oficializar então as secretarias para trazerem esse material e repassar para os senhores. Um belo dia de trabalho a todos. Que Deus continue nos abençoando. Obrigado. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h.)